



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

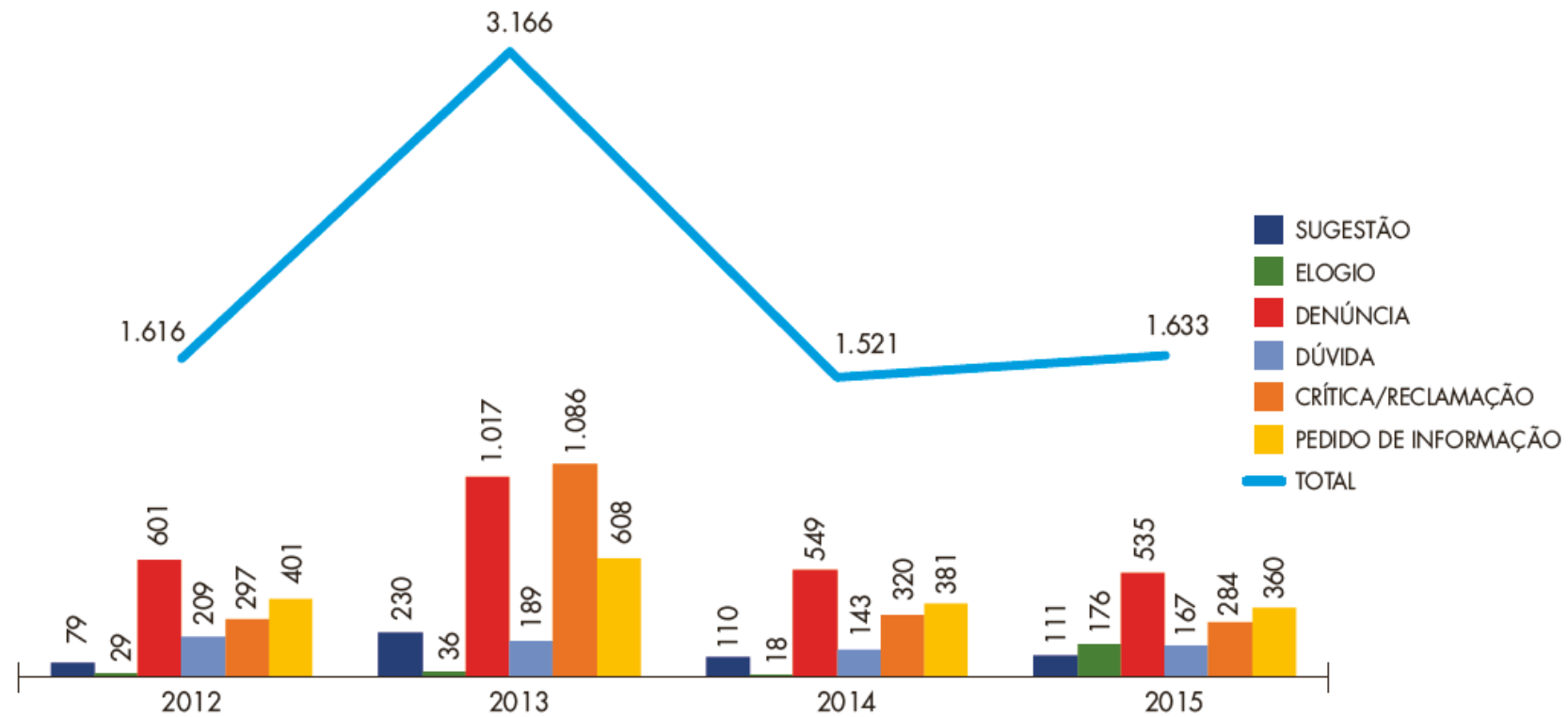
Ministério Público
Destques
José Eduardo Romão
um retrato
2016

O que a pesquisa revela?

- Bem mais do que um retrato, apresenta uma nova dinâmica organizacional pautada
 - pela transparência
 - pela interdependência
 - pela comunicação entre instituições e pessoas
 - por um novo contexto de mundo
- Que o compartilhamento de informações é que é Poder!

CNMP - “pico” denúncia/reclamação conjugado elogio 1000%

Gráfico 4: Solicitações recebidas por categoria, 2012-2015.



Fonte: Ouvidoria Nacional do Ministério Público.

MP – fortalecimento institucional

Quadro 2: Indicadores de Gestão de Pessoas, Ministério Público Estadual e do Distrito Federal e Territórios, por região e unidade, 2015.

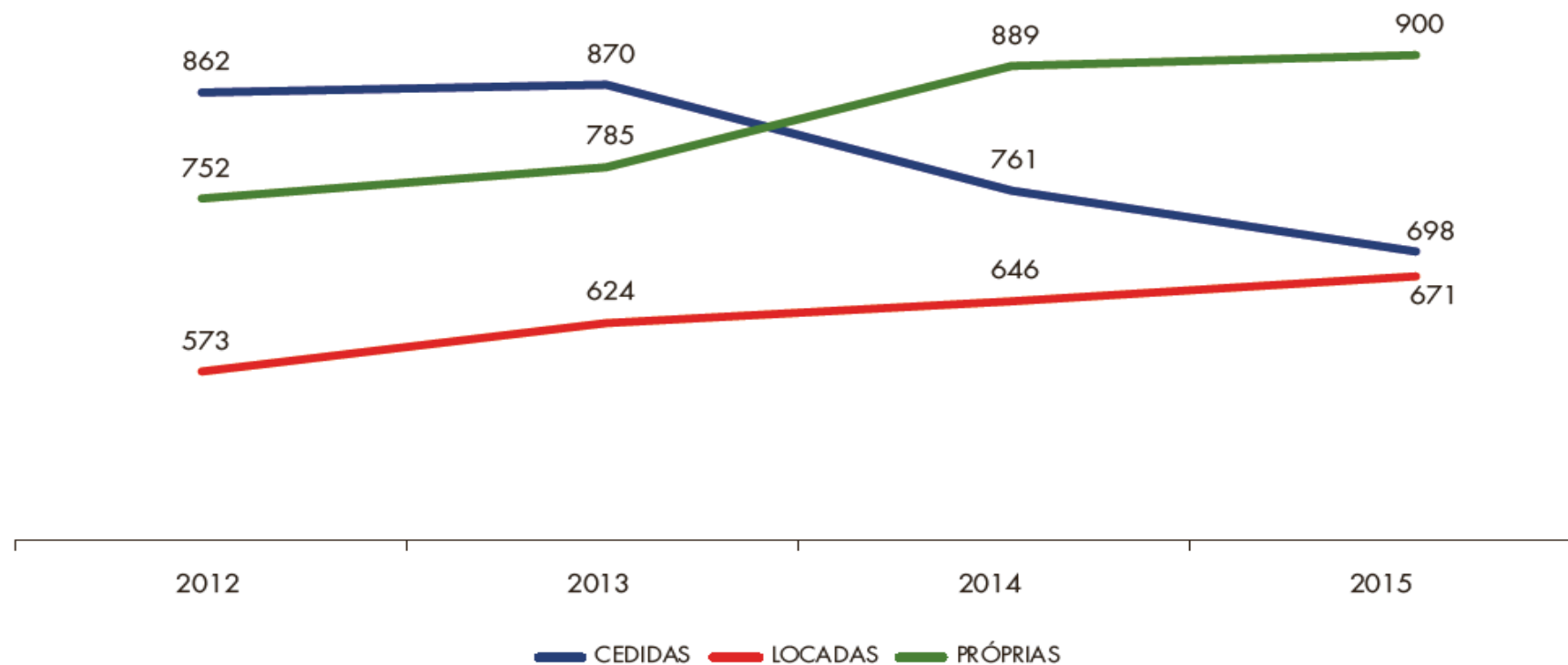
Região	Unidade	População (2010)	N.º de Cargos de Membros Providos	N.º de Cargos de Servidores de Carreira Existentes	N.º de Cargos de Servidores de Carreira Providos	Percentual de Ocupação dos Cargos de Servidores Efetivos	Índice de Servidores por Membro	Índice de Membros por População, em 100 mil Habitantes
	MPDFT	2.570.160	381	1.815	1.795	99%	4,7	14,82
Brasil		190.755.799	10.874	29.161	23.033	79%	2,1	5,70
	MP/BA	14.016.906	546	1.560	902	58%	1,7	3,90

Quadro 116: Indicadores de Gestão de Pessoas. Ministério Público da União, por unidade, 2015.

Unidade	N.º de cargos de Membros providos	N.º de cargos de Servidores de carreira existentes	N.º de cargos de Servidores de carreira providos	Percentual de ocupação dos cargos de servidores efetivos	Índice de servidores por membro
MPT	782	4.901	2.692	55%	3,4
MPM	79	442	440	100%	5,6
MPF	1.081	9.373	9.126	97%	8,4
MPU	1.942	14.716	12.258	83%	6,3

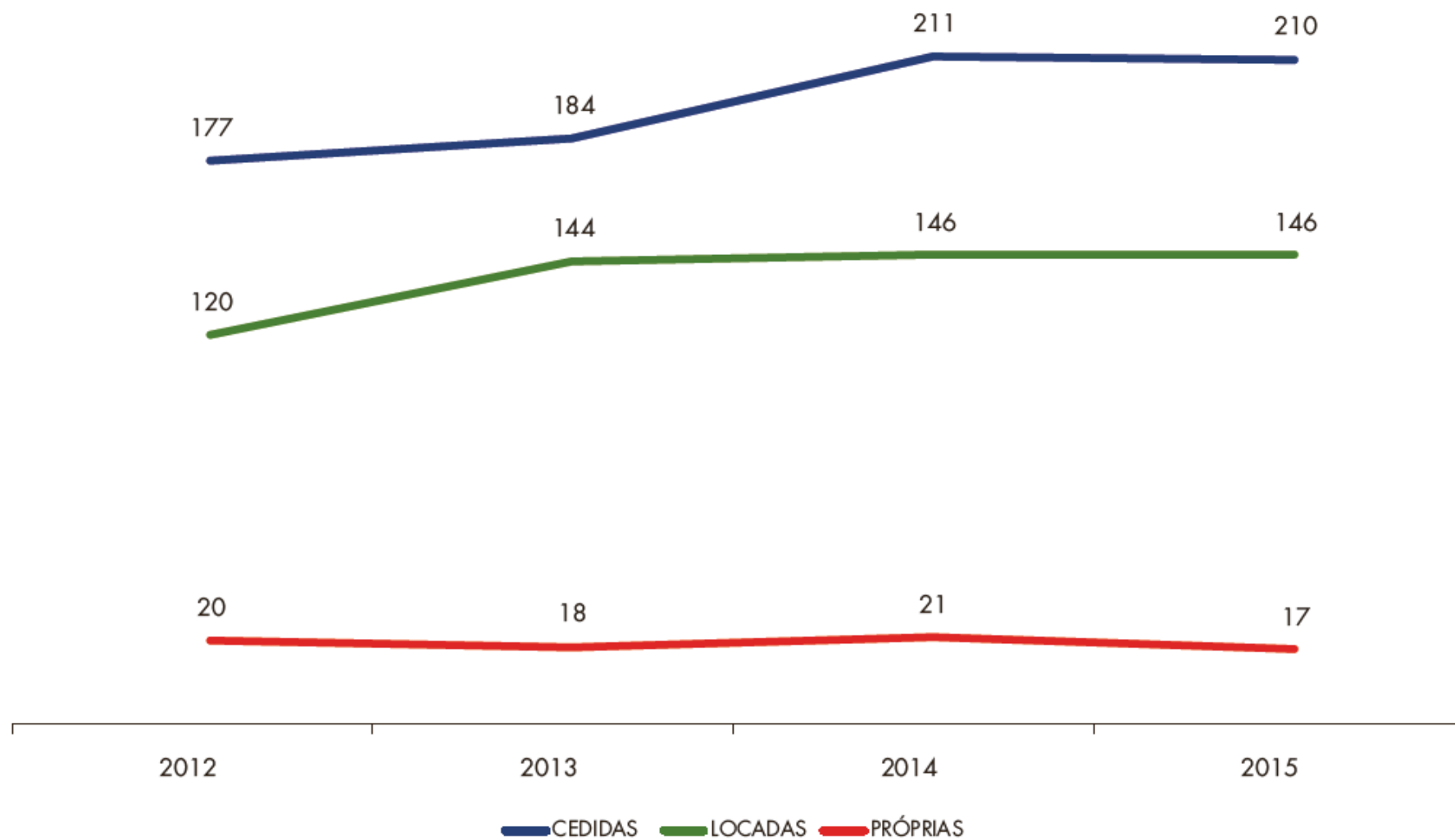
Fonte: CNMP/Ind (31/03/2016), Resolução CNMP nº 74.

Gráfico 11: Total de Prédios Cedidos, Locados ou com Sede Própria. Ministério Público Estadual e do Distrito Federal e Territórios, 2012 a 2015.



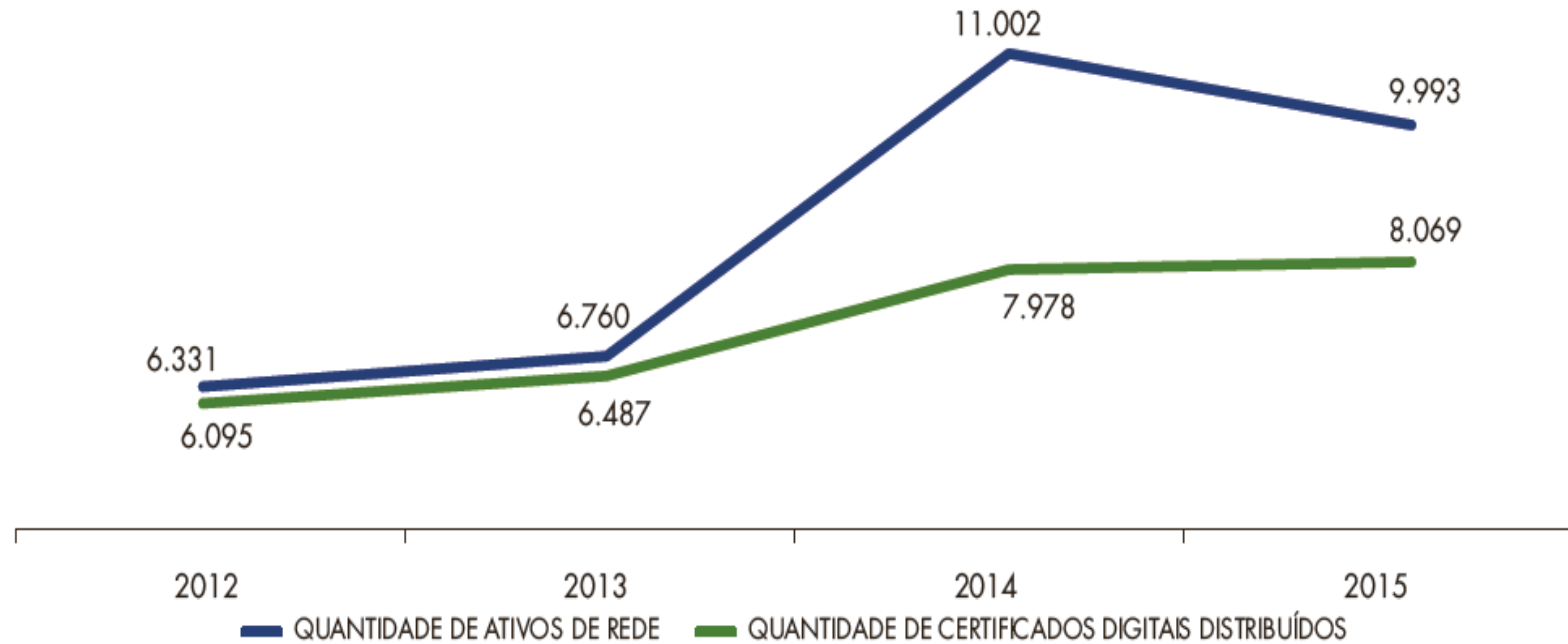
Fonte: CNMPInd (31/03/2016), Resolução CNMP nº 74.

Gráfico 93: Total de Prédios Cedidos, Locados ou com Sede Própria. Ministério Público Estadual e do Distrito Federal e Territórios, 2012 a 2015.



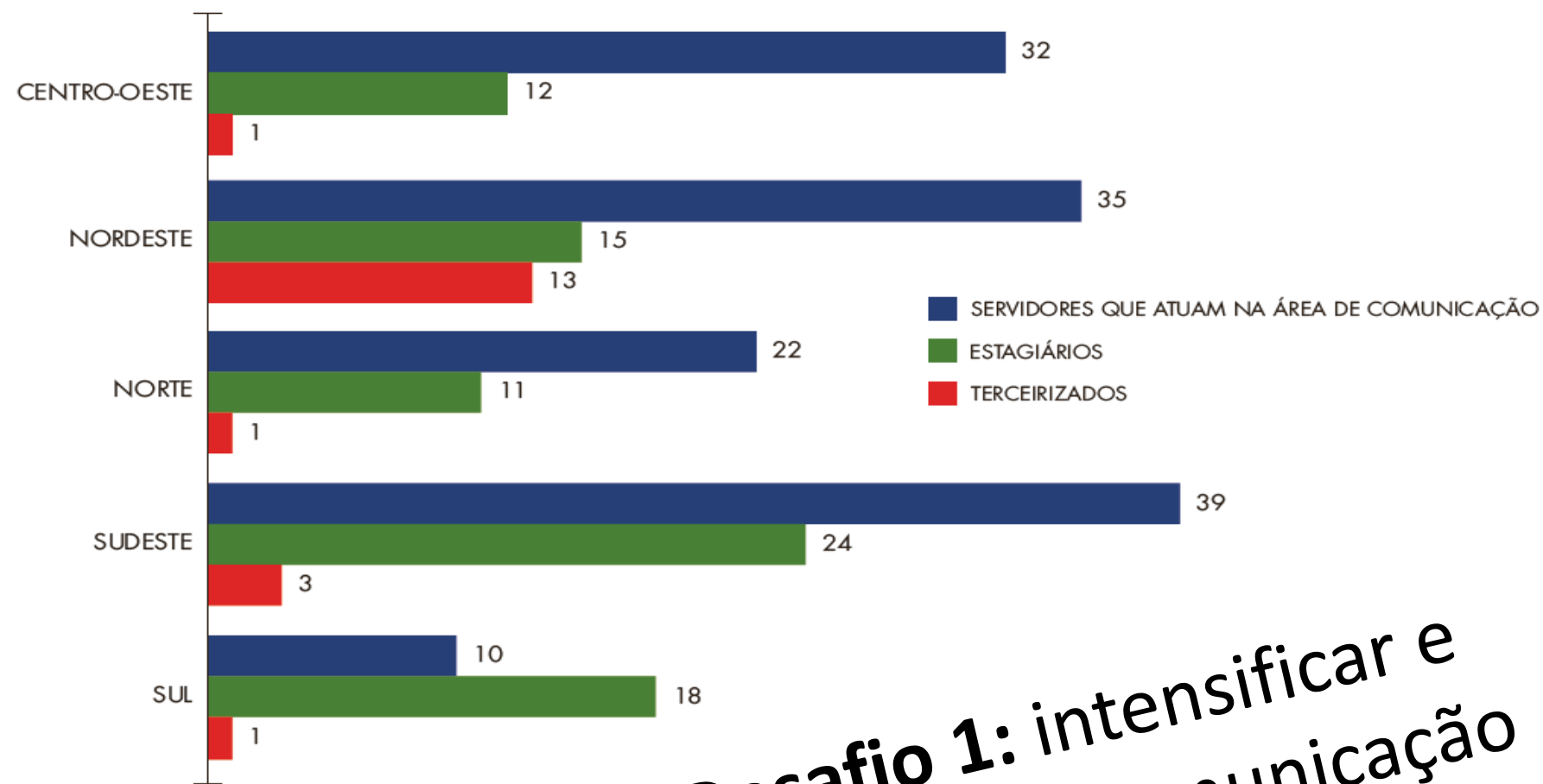
Fonte: CNMP/Ind (31/03/2016), Resolução CNMP nº 74.

Gráfico 12: Quantidade de Ativos de Rede e certificados digitais distribuídos. Ministério Público Estadual e do Distrito Federal e Territórios, 2012 a 2015..



Fonte: CNMP/Ind (31/03/2016), Resolução CNMP nº 74.

Gráfico 14: Número de profissionais e estagiários na área de comunicação por Região.



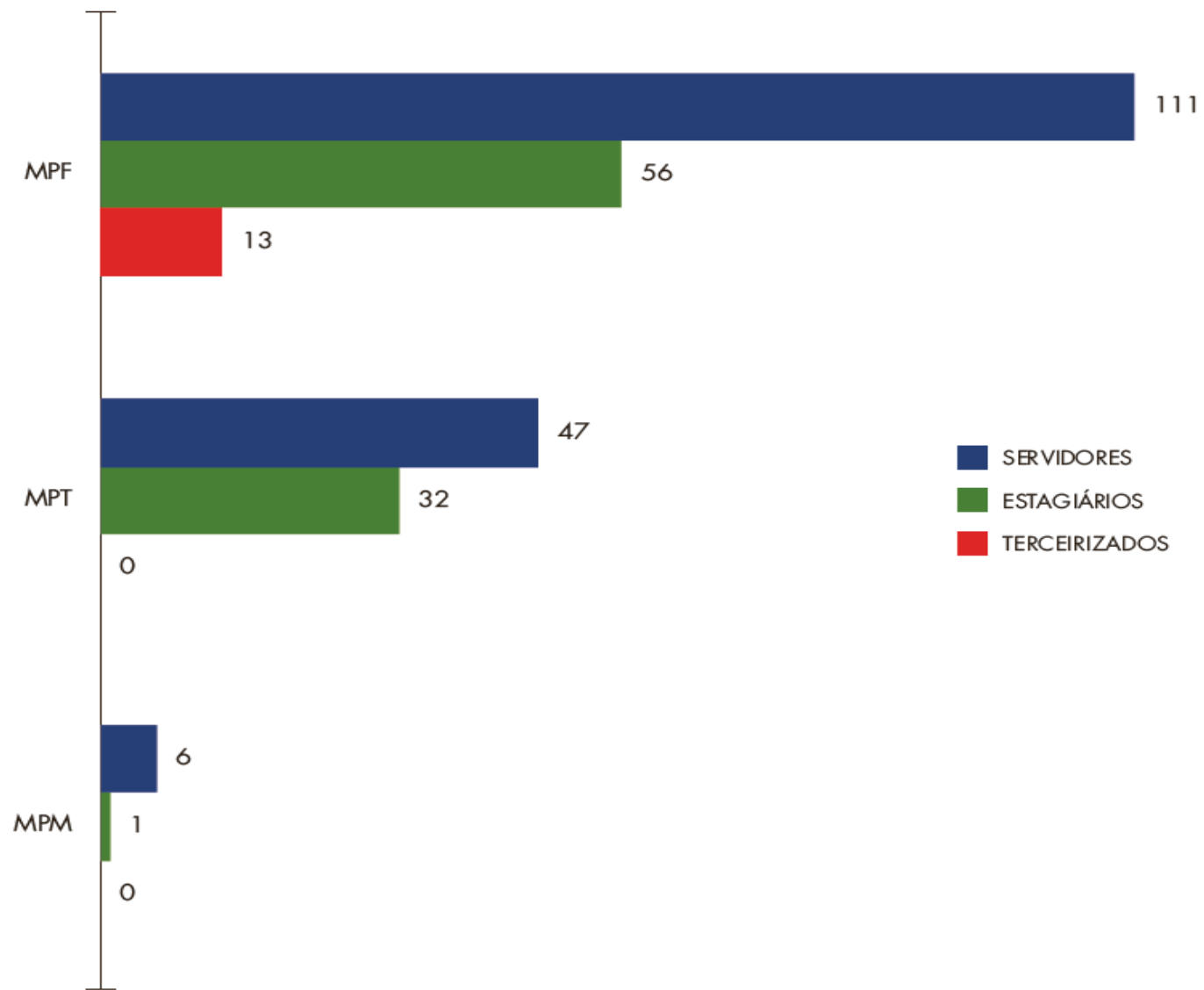
Fonte: Diagnóstico CPCOM 2016, ASCOM/CNMP.

Desafio 1: intensificar e qualificar a comunicação sobre e com o MP?



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Gráfico 96: Número de profissionais e estagiários na área de comunicação por Ramo.



Fonte: Diagnóstico CPCOM 2016, ASCOM/CNMP e CNMPInd (31/03/2016), Resolução CNMP nº 74.

Quadro 7: Área Extrajudicial – Inquéritos civis e procedimentos preparatórios: Movimentações, considerando os assuntos classificados⁽¹⁾. Ministério Público Estadual e do Distrito Federal e Territórios, 2015.

Movimentação	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	MPE e MPDFT
Instaurados	16.104	33.366	39.191	106.462	65.290	260.413
Finalizados	8.617	23.517	42.669	101.570	57.309	233.682
Índice de Atendimento à Demanda	53,5%	70,5%	108,9%	95,4%	87,8%	89,7%
Arquivamento	6.787	19.220	5.868	43.573	17.938	93.386
Arquivamento com TAC	1.231	1.415	353	4.162	3.637	10.798
Arquivamento sem TAC	5.556	17.805	5.515	39.411	14.301	82.588
Audiências Extrajudiciais	2.993	21.875	2.475	6.528	14.745	48.616
Diligências	50.417	103.633	45.453	241.152	150.095	590.750
Petição Inicial	2.557	3.916	4.816	11.581	22.884	45.754
Recomendação	1.624	2.518	1.392	2.371	1.851	9.756
TAC	1.220	6.092	491	4.548	6.131	18.482

Fonte: CNMPlnd (31/03/2016), Resolução CNMP nº 74.

⁽¹⁾ O assunto refere-se ao objeto, conforme as tabelas unificadas, do processo ou procedimento. É possível que um mesmo processo ou procedimento contenha mais de um objeto.

Desafio 2:
revelar o
processo de
trabalho e
fluxo de
deliberação?



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Quadro 120: Área Extrajudicial – Inquéritos civis e procedimentos preparatórios: Movimentações, considerando os assuntos classificados⁽¹⁾. Ministério Público Federal, 2015.

Unidade	Instaurados	Finalizados	Índice de Atendimento à Demanda	Arquivamento	Diligências, Requisição de Perícia	Recomendação	TAC	Petição Inicial
PR-AC	41	129	314,63%	99	0	51	0	99
PR-AL	70	334	477,14%	238	0	89	0	72
PR-AM	263	490	186,31%	276	0	86	1	349
PR-AP	63	173	274,60%	149	0	71	0	118
PR-BA	672	1.287	191,52%	706	0	151	11	1.050
PR-CE	2.294	2.230	97,21%	965	0	151	3	727
PR-DF	316	1.022	323,42%	683	2	86	4	305
PR-ES	248	530	213,71%	339	2	70	1	367
PR-GO	597	885	148,24%	617	0	206	0	412
PR-MA	287	740	257,84%	279	0	89	0	880
PR-MG	1.751	2.434	139,01%	1.538	13	335	60	2.684
PR-MS	398	517	129,90%	386	1	77	0	503
PR-MT	240	795	331,25%	494	0	164	1	359
PR-PA	788	956	121,32%	623	0	239	5	647
PR-PB	348	840	241,38%	493	0	302	3	421
PR-PE	350	880	251,43%	590	2	65	2	378
PR-PI	133	320	240,60%	224	0	173	0	275
PR-PR	1.399	1.870	133,67%	1.077	5	204	6	1.194

Explicação:
Índice de Atendimento à Demanda do MPF indica sazonalidade ou orientação específica?



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Quadro 134: Área Extrajudicial - Inquéritos Cíveis, Procedimentos Preparatórios e Procedimentos Administrativos Finalístico por Unidade.

Procuradoria Regional do Trabalho	Indicador	Instaurados	Finalizados	Índice de Atendimento à Demanda	Petição Inicial	TACs Firmados
MPT	Total de Movimentos *	47.712	43.500	91,2%	4.192	9.947
	Total por Áreas Temáticas Abrangidas **	85.945	75.768	88,2%	7.511	19.800

Fonte: MPT Digital [28/02/2016].



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Quadro 10: Os 10 principais assuntos processuais⁽²⁾ dos procedimentos administrativos instaurados por região. Ministério Público Estadual e do Distrito Federal e Territórios, 2015.

Unidade	Indicador	Direito da Criança e do Adolescente	Saúde	Pessoa Idosa	Direito do Consumidor	Educação	Meio Ambiente	Patrimônio Público	Direito Militar	Improbidade Administrativa	Outros Assuntos	Total de Assuntos Instaurados
Centro-Oeste	Nº	4.180	4.366	962	351	1.177	999	552	46	607	12.655	25.895
	%	16,1%	16,9%	3,7%	1,4%	4,5%	3,9%	2,1%	0,2%	2,3%	48,9%	100,0%
Nordeste	Nº	6.875	5.459	1.320	3.880	1.046	627	817	51	987	4.081	25.143
	%	27,3%	21,7%	5,2%	15,4%	4,2%	2,5%	3,2%	0,2%	3,9%	16,2%	100,0%
Norte	Nº	4.511	4.666	1.101	675	1.037	817	1.290	3.998	617	19.767	38.479
	%	11,7%	12,1%	2,9%	1,8%	2,7%	2,1%	3,4%	10,4%	1,6%	51,4%	100,0%
Sudeste	Nº	13.058	4.979	6.681	3.968	1.469	2.120	415	49	702	26.362	59.803
	%	21,8%	8,3%	11,2%	6,6%	2,5%	3,5%	0,7%	0,1%	1,2%	44,1%	100,0%
Sul	Nº	32.811	7.266	4.986	2.722	3.481	3.283	1.397	9	1.083	23.382	80.420
	%	40,8%	9,0%	6,2%	3,4%	4,3%	4,1%	1,7%	0,0%	1,3%	29,1%	100,0%
MPE e MPDFT	Nº	61.435	26.736	15.050	11.596	8.210	7.846	4.471	4.153	3.996	86.247	229.740
	%	26,7%	11,6%	6,6%	5,0%	3,6%	3,4%	1,9%	1,8%	1,7%	37,5%	100,0%

Fonte: CNMPInd [31/03/2016], Resolução CNMP nº 74.

⁽²⁾ Existe a possibilidade de cadastramento de mais de um assunto por procedimento.

Assuntos

- Outros assuntos 37,5%
- ECA 26,7%
- ...
- Improbidade 1,7%



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Quadro 121: Os 10 principais assuntos processuais⁽²⁾ dos procedimentos instaurados por unidade. Ministério Público Federal, 2015 (continuação).

Unidade	Indicador	Saúde	Patrimônio Público	Educação	Improbidade Administrativa	Servidor Público Civil	Licitações	Domínio Público	Concurso Público	Repassé Verbas Públicas	Outros Assuntos	Total de Assuntos Instaurados
Total	Nº	3.094	1.872	1.781	1.692	730	667	612	490	448	9.115	20.501
	%	15,09%	9,13%	8,69%	8,25%	3,56%	3,25%	2,99%	2,39%	2,19%	44,46%	100,00%



Quadro 12: Os 10 principais assuntos processuais⁽²⁾ dos procedimentos investigatórios instaurados por região. Ministério Público Estadual e do Distrito Federal e Territórios, 2015.

Unidade	Indicador	Crimes Contra a Ordem Tributária	Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético	Tráfico de Drogas e Condutas Afins	Crimes da Lei de Licitações	Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral	Peculato	Crimes de Responsabilidade	Corrupção Passiva	Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores	Outros Assuntos	Total de Assuntos Instaurados
Centro-Oeste	Nº	177	202	6	55	45	47	29	43	8	944	1.556
	%	11,4%	13,0%	0,4%	3,5%	2,9%	3,0%	1,9%	2,8%	0,5%	60,7%	100,0%
Nordeste	Nº	637	183	118	114	17	40	217	17	9	1.812	3.164
	%	20,1%	5,8%	3,7%	3,6%	0,5%	1,3%	6,9%	0,5%	0,3%	57,3%	100,0%
Norte	Nº	429	518	8	35	58	72	5	38	16	3.009	4.188
	%	10,2%	12,4%	0,2%	0,8%	1,4%	1,7%	0,1%	0,9%	0,4%	71,8%	100,0%
Sudeste	Nº	583	664	393	200	304	110	25	125	109	7.818	10.331
	%	5,6%	6,4%	3,8%	1,9%	2,9%	1,1%	0,2%	1,2%	1,1%	75,7%	100,0%
Sul	Nº	110	18	21	39	8	35	5	22	10	2.541	2.809
	%	3,9%	0,6%	0,7%	1,4%	0,3%	1,2%	0,2%	0,8%	0,4%	90,5%	100,0%
MPE e MPDFT	Nº	1.936	1.585	546	443	432	304	281	245	152	16.124	22.048
	%	8,8%	7,2%	2,5%	2,0%	2,0%	1,4%	1,3%	1,1%	0,7%	73,1%	100,0%

Fonte: CNMP/Ind (31/03/2016), Resolução CNMP nº 74.

Desafio 3:

- Outros assuntos 73,1%
- Padrões na coleta dos dados

Eleger prioridades para atuação?

Quadro 13: Área Cível – Processos cíveis: Movimentações, considerando os assuntos classificados⁽¹⁾.
Ministério Público Estadual e do Distrito Federal e Territórios, 2015.

Movimentação	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	MPE e MPDFT
Recebidos	713.738	672.302	290.265	2.516.097	1.297.236	5.489.638
Devolvidos	715.329	603.226	265.671	2.501.975	1.302.979	5.389.180
Arquivamento	354.648	439.509	146.089	4.443.295	771.143	6.154.684
Petição Inicial	2.842	6.721	2.775	23.143	103.144	138.625
Manifestação em 1º Grau	351.806	432.788	143.314	4.420.152	667.999	6.016.059
Manifestação em 2º Grau	13.441	26.182	11.234	146.695	90.902	288.454
Alegações Finais	19.222	5.777	10.590	151.731	10.818	198.138
Réplica a Contestação	2.316	2.197	1.834	30.189	5.612	42.148
Ciência Favorável	103.863	122.270	62.545	184.925	92.554	566.157
Ciência Parcialmente Favorável	1.968	3.263	1.894	5.088	3.325	15.538
Ciência Desfavorável	3.152	4.639	2.599	7.352	3.398	21.140
Recurso	5.595	4.267	2.115	20.143	55.368	87.488

Fonte: CNMP/Ind (31/03/2016), Resolução CNMP nº 74.

Quadro 132: Área Criminal – Processos: Movimentações, considerando os assuntos classificados⁽¹⁾.
Ministério Público Federal, 2015. (continuação).

Unidade	Recebidos	Devolvidos	Manifestação	Alegações Finais	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência Desfavorável	Recurso
Total	338.868	339.525	116.154	20.527	17.874	3.842	4.886	32.221

Desafio 4:
“Ciência favorável” é --
sentença de
acordo com a
última
manifestação
do Ministério
Público ainda
que diverso do

Quadro 16: Os 10 principais assuntos processuais⁽²⁾ dos processos de apuração de atos infracionais recebidos por região. Ministério Público Estadual e do Distrito Federal e Territórios, 2015.

Unidade	Indicador	Lesões Corporais	Contra o Patrimônio	Previstos na Legislação Extravagante	Contra a Liberdade Pessoal	Contra a Vida	Contravenções Penais	Contra a Dignidade Sexual	Contra a Honra	Contra a Fé Pública	Outros Assuntos	Total de Assuntos Recebidos
Centro-Oeste	Nº	6.081	56.139	42.653	9.166	6.132	3.336	3.328	2.378	1.105	38.393	168.711
	%	3,6%	33,3%	25,3%	5,4%	3,6%	2,0%	2,0%	1,4%	0,7%	22,8%	100,0%
Nordeste	Nº	5.435	28.445	22.910	3.616	5.022	2.937	1.657	1.284	450	18.020	89.776
	%	6,1%	31,7%	25,5%	4,0%	5,6%	3,3%	1,8%	1,4%	0,5%	20,1%	100,0%
Norte	Nº	5.087	30.758	17.316	3.066	3.600	2.389	1.809	805	266	18.905	84.001
	%	6,1%	36,6%	20,6%	3,6%	4,3%	2,8%	2,2%	1,0%	0,3%	22,5%	100,0%
Sudeste	Nº	631.711	104.429	123.768	23.152	13.830	10.054	7.839	4.058	1.483	915.211	1.835.535
	%	34,4%	5,7%	6,7%	1,3%	0,8%	0,5%	0,4%	0,2%	0,1%	49,9%	100,0%
Sul	Nº	15.112	47.113	44.920	10.737	5.401	2.623	3.910	2.217	724	24.052	156.809
	%	9,6%	30,0%	28,6%	6,8%	3,4%	1,7%	2,5%	1,4%	0,5%	15,3%	100,0%
MPE e MPDFT	Nº	663.426	266.884	251.567	49.737	33.985	21.339	18.543	10.742	4.028	1.014.581	2.334.832
	%	28,4%	11,4%	10,8%	2,1%	1,5%	0,9%	0,8%	0,5%	0,2%	43,5%	100,0%

Fonte: CNMPlnd (31/03/2016), Resolução CNMP nº 74.



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Explicação:

Equilíbrio
subotimo entre
Polícia e MP?

Quadro 19: Área Criminal - Inquérito Policial: Movimentações, considerando os assuntos classificados⁽¹⁾.
Ministério Público Estadual e do Distrito Federal e Territórios, 2015.

Movimentação	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	MPE e MPDFT
Recebidos	700.372	299.627	348.193	5.506.008	797.282	7.651.482
Devolvidos	692.283	275.954	333.476	5.366.410	821.465	7.489.588
Baixa de Inquérito Policial: com Diligência	256.958	58.357	145.655	5.135.108	310.541	5.906.619
Manifestação	154.737	101.997	71.514	3.263.221	169.086	3.760.555
Transações Penais Oferecidas	741	1.929	776	23.743	1.662	28.851
Promoção de Arquivamento: Arquivamento	52.318	28.776	14.118	667.156	135.259	897.627
Denúncias Oferecidas: Denúncia	119.064	127.160	66.645	575.817	109.497	998.183

Fonte: CNMPlnd (31/03/2016), Resolução CNMP nº 74.

O que os dados poderiam revelar

- O processo de trabalho, a contribuição de membros e servidores na dinamização de procedimentos e a realização dos prazos previstos
- **As audiências públicas**

A audiência pública é um instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público Federal, é usada para colher subsídios para a instrução de procedimentos ou inquéritos civis públicos. O procurador da República convoca uma audiência pública para que todas as partes interessadas, assim como representantes da sociedade civil, exponham suas posições sobre um determinado assunto.

Em certos casos, ao seu final, a audiência pública pode acabar em solução do caso, em que as partes podem firmar um acordo (Termo de Ajustamento de Conduta) com o MPF. As audiências públicas são reguladas pela lei nº 9.784/99. (<http://www.prsp.mpf.mp.br/sala-de-imprensa/nucleo-de-eventos/audiencia-publica>)

O principal desafio para o próximo Anuário é apresentá-lo em formato aberto para que os sejam encontrados, reaproveitados e replicados.

Como Dados Abertos o Retrato do Ministério Público será visto e recebido mais claramente como um convite à participação cidadã.

O que os dados poderiam revelar

- O processo de trabalho, a contribuição de membros e servidores na dinamização de procedimentos e a realização dos prazos previstos
- **As audiências públicas**

A audiência pública é um instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público Federal, é usada para colher subsídios para a instrução de procedimentos ou inquéritos civis públicos. O procurador da República convoca uma audiência pública para que todas as partes interessadas, assim como representantes da sociedade civil, exponham suas posições sobre um determinado assunto.

Em certos casos, ao seu final, a audiência pública pode acabar em solução do caso, em que as partes podem firmar um acordo (Termo de Ajustamento de Conduta) com o MPF. As audiências públicas são reguladas pela lei nº 9.784/99. (<http://www.prsp.mpf.mp.br/sala-de-imprensa/nucleo-de-eventos/audiencia-publica>)